



Prefeitura Municipal da Estância Climática de  
**Santa Rita do Passa Quatro – SP**

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,  
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0064/2026**

**LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITEM(NS) COM COTA(S)  
RESERVADA(S) PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO  
PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**

**INTERESSADO:** Departamento de Educação

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decretos Municipais nº 3.313/23 (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VIdAthlu6lnKY7xsH0IRUBXkbsDBYdBt/view>) e 2.706/17 (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1B1BHItA-iem4Mcp30D4LDwnfOT87ocUm/view>) em sua redação atual.

**OBJETO:** O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em regime fracionado, em botijões de 13 e 45 kg, para atender aos serviços de alimentação escolar e setores municipais, conforme especificações e quantitativos contidos no presente edital e seus anexos.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item.

**IMPORTANTE:**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** A partir das 09:00 horas do dia 25/05/2026 até às 09:00 horas do dia 09/06/2026.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às 09:01 horas do dia 09/06/2026.

**INÍCIO DA DISPUTA:** Às 13:30 horas do dia 09/06/2026.

**LOCAL:** Bolsa de Licitações e Leilões – “BLLCOMPRAS”, através da página <https://bllcompras.com>.

**NÚMERO DO PROCESSO LICITATÓRIO:** FS000053/26.

**MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Administração / Licitação da Prefeitura, situado à Rua Victor Meirelles, nº 89 - Centro, Santa Rita do Passa Quatro – SP, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, pelo telefone (19) 3582-9008, ou através do e-mail [dplicitasrpq@santaritadopassaquatro.sp.gov.br](mailto:dplicitasrpq@santaritadopassaquatro.sp.gov.br).



## ÍNDICE

1. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME .....	03
2. OBJETO .....	03
3. ITEM ORÇAMENTÁRIO E VALOR MÁXIMO ACEITO .....	03
4. AVISO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL .....	03
5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL .....	04
6. DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO .....	04
7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	04
8. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BLL.....	05
9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO.....	06
10. PROPOSTA ELETRÔNICA .....	06
11. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO .....	07
12. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	11
13. FORMULAÇÃO DOS LANCES .....	12
14. MODO DE DISPUTA E DESCONEXÃO COM O PREGOEIRO.....	13
15. CRITÉRIOS DE DESEMPATE .....	13
16. NEGOCIAÇÃO, CONSULTA DE APENADOS, ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E CADASTRO RESERVA.....	14
17. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO .....	15
18. INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZOS DOS RECURSOS.....	15
19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	16
20. CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
21. HIPÓTESES DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	17
22. CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA .....	18
23. RECEBIMENTO, VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO.....	18
24. PAGAMENTO.....	18
25. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	18
26. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	20

## **ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

<b>ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO V - MODELO DE INDICAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS ..</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADO .....</b>	<b>64</b>



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

O Município de Santa Rita do Passa Quatro, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET*, torna público, para conhecimento dos interessados, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica do Município, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como critério de julgamento o menor preço unitário, na forma abaixo:

### 1 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

**1.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica, da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL.

**1.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo PREGOEIRO auxiliado pela Equipe de Apoio, conforme designação na Portaria nº. 216/2026, e de acordo com as atribuições que constam no artigo 4º do Decreto Municipal nº 3.313/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLLCOMPRAS” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões.

### 2 - OBJETO

**2.1.** Registro de Preços para eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em regime fracionado, em botijões de 13 e 45 kg, para atender aos serviços de alimentação escolar e setores municipais, para atender aos serviços de alimentação escolar, conforme especificações e quantitativos contidos no presente edital e seus anexos.

### 3 - ITEM ORÇAMENTÁRIO E VALOR MÁXIMO ACEITO

**3.1.** As despesas para execução do presente Pregão correrão por conta de Recursos Próprios, previamente empenhados neste exercício, sob os nºs. EDUCAÇÃO INFANTIL: 020510-12.365.0160.2009-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 210.000; EDUCAÇÃO INFANTIL (QESE): 020510-12.365.0160.2009-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 210.003; ENSINO FUNDAMENTAL - EMEFS: 020530-12.361.0150.2013-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 220.000; ENSINO FUNDAMENTAL – EMEFS (QESE): 020530-12.361.0150.2013-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 220.001; ADMINISTRAÇÃO GERAL: 020210-04.122.0046.2007-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; ALMOXARIFADO: 020230-04.122.0046.2121-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; ATENÇÃO BÁSICA: 020830-10.301.0119.2056-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 300.000; SERVIÇOS DE TURISMO: 020630-23.695.0241.2026-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: 020640-23.695.0241.2027-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; SERVIÇOS DE CULTURA: 020620-13.392.0170.2024-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE: 020130-08.244.0045.2004-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; SERVIÇOS MUNICIPAIS: 021210-15.452.0181.2038-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; SERVIÇOS DE ESPORTES: 020610-27.812.0270.2022-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IGD - BOLSA FAMÍLIA): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.014; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAIF): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A:



500.020; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAEFI): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.029; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CASA LAR): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.034; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SIGTV CUSTEIO): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 800.039; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SIGTV FMAS): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 800.056; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SIGTV FMAS): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 800.057; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIDADÃO SEMPRE): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 02 C.A: 500.017; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS – CREAS PROT SOC ESPECIAL): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 02 C.A: 500.003; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 500.000;

**3.2.** O valor máximo aceito para contratação do objeto da presente licitação, é o valor médio orçado, correspondente a **R\$ 112.474,13 (cento e doze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e treze centavos).**

**3.2.1.** Os valores registrados no Anexo I - Estudo Técnico Preliminar servem apenas como uma estimativa para fins de planejamento interno e não se confundem com o valor máximo aceito. Os valores de referência que deverão ser considerados para elaboração da proposta são os disponíveis na plataforma da BLL Compras.

#### **4 – AVISO E DIVULGAÇÃO DO EDITAL**

**4.1.** O aviso do EDITAL será publicado na Imprensa Oficial Eletrônico do Município, na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e em Jornal de Grande Circulação no Estado de São Paulo, e disponibilizado no sítio eletrônico do Município.

**4.2.** O Edital poderá ser consultado na íntegra por qualquer interessado, a partir da data informada no aviso acima, nos sítios eletrônicos: <https://bllcompras.com> e [www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br](http://www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br) e, acaso pertinente e operacionalmente possível, em atendimento à Lei 14.133/21, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

#### **5 – ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

**5.1.** Até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos deste edital, na forma do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.** As medidas referidas no item “5.1” deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, em campo próprio da BLL.

**5.3.** Caberá ao pregoeiro responder os pedidos de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada nos sítios eletrônicos oficiais: <https://bllcompras.com> e [www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br](http://www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br).

**5.5.** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**5.6.** Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



## 6 - DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO

**6.1.** A PROPONENTE deverá observar as datas e horários previstos para a abertura da sessão pública, atentando-se também para a data e horário do início da disputa de preços, conforme disposto no preâmbulo deste edital.

**6.2.** Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o **horário de Brasília**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**7.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação ou reunidas em consórcio, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

**7.2.** Para a **Cota Reservada** somente poderão participar Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), que legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação, e que atendam às condições de credenciamento do presente edital, exceto nos casos de aplicação das excludentes previstas nos incisos II e III do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

**7.3.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.4.** O LICITANTE deverá estar credenciado junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (**Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**), até no mínimo **uma hora** antes do horário fixado no preâmbulo para o recebimento das propostas.

**7.5.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**7.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**7.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**7.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**7.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**7.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**7.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**7.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**7.5.8.** Instituições ou entidades sem fins lucrativos e do terceiro setor, consoante julgados TC 014884.989.19-5, TC-16248.989.20-4 e TC-16271.989.20-4, do TCESP.

**7.5.9.** Empresas consorciadas, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

## **8 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BLL**

**8.1.** As pessoas jurídicas interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema “BLLCOMPRAS”.

**8.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances sucessivos, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

**8.3.** A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado, por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões, devidamente justificada, ou por determinação legal.

**8.4.** O credenciamento da PROPONENTE e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL ou da Administração Municipal por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**8.5.** Caberá a PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o andamento do presente Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, devendo comunicar imediatamente à Bolsa de Licitações do Brasil – BLL qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**8.6.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame, os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a provedora do sistema, equivalentes aos percentuais estabelecidos pela mesma sobre o valor contratual ajustado entre as partes (Licitante / BLL – Bolsa de Licitações e Leilões), a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

**8.7.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através do telefone (41) 3097-4600 - Curitiba-PR, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## **9 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO**

**9.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**9.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.1.** A falsidade da declaração de que trata o item 9.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



- 9.3.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que deverá ser inserida no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro via chat, na aba “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES”.
- 9.4.** A critério da LICITANTE, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser encaminhados concomitantemente com a PROPOSTA DE PREÇOS, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 9.5.** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.6.** Até a abertura da sessão, as PROPONENTES poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, se for o caso, anteriormente inseridos no sistema.
- 9.7.** Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 9.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 9.9.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o item 16.3.

## **10 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA**

**10.1.** A PROPOSTA ELETRÔNICA, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO II do edital – Termo de Referência, deverá conter:

**10.1.1. Preço unitário e total;**

**10.1.2. Marca/fabricante;**

**10.1.4. Indicação do(s) item(s) objeto deste Pregão,** que deve(m) ser firme(s) e precisa(s), sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item;

**10.2.** Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

**10.3.** A apresentação da proposta eletrônica implica na aceitação pelo licitante de que:

**10.3.1.** Conhece e cumprirá os termos do Edital em todos os seus detalhamentos;

**10.3.2.** O(s) item(ns) cotado(s) atende(m) todas as especificações do Termo de Referência;

**10.3.3.** Responsabilizar-se-á pelo carregamento, transporte e entrega dos itens objeto do presente Pregão, que serão executados de acordo com as normas usuais de proteção, bem como se responsabilizará por qualquer dano causado a Prefeitura de Santa Rita do Passa Quatro ou a terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia da empresa ou seus empregados;

**10.3.4.** Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**10.3.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública;

**10.4.** Após a abertura da sessão, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do



proponente, sendo que só serão aceitos pedidos de desistência por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## **11 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos itens “11.14” ao “11.17”, em conformidade com o solicitado no edital.

**11.2.** Constituem motivos para inabilitação do licitante:

**11.2.1.** a apresentação de documentos com prazo de validade vencido, com exceção do previsto no item 11.7;

**11.2.2.** a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

**11.2.3.** a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos (matriz e filial), com exceção do previsto no item “11.5”.

**11.2.4.** o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

**11.3.** A inabilitação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do consórcio.

**11.4.** Com exceção dos documentos relacionados nos subitens “11.14”, “11.15.1” e “11.15.2”, os demais documentos somente serão aceitos quando emitidos até 90 (noventa) dias anteriores à de sua expedição e a data limite para recebimento das propostas, desde que não contenham prazo de validade expresse.

**11.5.** O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas.

**11.6.** Em se tratando de Consórcio, a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser apresentada através de cada empresa que o compuser.

**11.7.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais somente será exigida para efeito de contratação.

**11.7.1.** As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista conforme solicitado no subitem 11.15, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**11.7.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação;

**11.7.2.1.** O prazo previsto acima, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**11.7.3.** A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido no item 11.7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**11.8.** As provas de regularidade fiscal e trabalhista deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.



**11.8.1.** Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

**11.9.** As empresas estrangeiras que não funcionem no país, que participarem desta licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

**11.10.** No caso de Consórcio, os benefícios previstos no Decreto nº 8.538/2015, somente serão aplicados, se formado exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a soma das receitas brutas anuais não ultrapassem o limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**11.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**11.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**11.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.11.3.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**11.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

#### **11.14 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa ou consórcio, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistirá em:

**11.14.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.14.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**11.14.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.14.4.** Em se tratando de sociedades comerciais: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



**11.14.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**11.14.6.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

**11.14.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.14.8.** As empresas em Consórcio, além da documentação acima, deverão apresentar:

**11.14.8.1.** Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados; com indicação da empresa líder, que deverá possuir amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação.

**11.14.8.2.** No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**11.14.8.3.** Os integrantes pelos atos praticados em consórcio, respondem solidariamente, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

#### **11.15 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

A documentação relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista consistirá em:

**11.15.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**11.15.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**11.15.3.** Regularidade perante a Fazenda federal e estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

**11.15.3.1.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

**11.15.3.2.** Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

**11.15.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**11.15.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**11.15.6.** Declaração que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, conforme modelo do Anexo VII;

**11.15.7.** Os documentos referidos no item 11.15 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.



#### **11.16 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

**11.16.1.** Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser adquirido e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto. Para o Gás GLP envasado em botijões de 13 Kg e 45 Kg, o licitante deverá apresentar “Certificado de autorização de ponto de revenda de GLP” válido, emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

**11.16.1.1.** Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações, em especial seja confirmada ausência de problemas na execução dos contratos, conforme o art. 25 do Decreto nº 3.313 de 05 de abril de 2023.

#### **11.17 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

**11.17.1.** Certidão negativa de **falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (exigência do TAC - MPT nº35/2014)

**11.17.1.1.** Caso o Tribunal de origem utilize sistemas distintos para processos físicos e eletrônicos, ou esteja em fase de migração (ex: e-SAJ e e-proc), a licitante deverá **apresentar as certidões de todos os sistemas;**

#### **11.18 – DECLARAÇÕES:**

Para o cumprimento deste item, os licitantes deverão apresentar declaração formal, firmada por representante legal ou por procurador, munido de procuração hábil, de que:

**11.18.1.** Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo, conforme modelo do Anexo VII;

**11.18.2.** Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme modelo do Anexo VII;

**11.18.3.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme modelo do Anexo VII;

**11.18.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do Anexo VII;



**11.18.5.** Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo do Anexo VII;

**11.18.6. Para o caso de ME/EPP:** A obtenção de benefícios a que se refere o artigo 4º da Lei 14.133/2021 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação.

**11.18.6.1** A declaração acima deverá conter dados referentes aos respectivos contratos, informando ao menos o número do contrato, a razão social da contratante, o objeto, o valor e a vigência.

**11.18.6.2.** A licitante que não tenha contratos na forma do item 11.18.7, deverá declarar que não possui contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura da presente licitação.

**11.18.7. Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura da ata de registro de preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido, conforme modelo do Anexo VII;

**11.18.7. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** está ciente de que no momento da assinatura da ata de registro de preços deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas, conforme modelo do Anexo VII.

**11.18.8. Para o caso de empresas em consórcio:** Declaração de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, conforme modelo do Anexo VII.

**11.19.** Na impossibilidade de verificação da autenticidade via internet, o Pregoeiro solicitará à empresa vencedora, os documentos de habilitação apresentados, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, pelo pregoeiro ou um dos membros da equipe de apoio, por publicação em órgão de imprensa oficial, por autenticação digital, ou ainda, extraído via *internet*, sujeitos à consulta, que deverão ser entregues na Prefeitura Municipal, aos cuidados da Licitação, na Rua Victor Meirelles, nº 89, centro, Santa Rita do Passa Quatro-SP, CEP: 13.670-000, **em até 3 (três) dias úteis**, a partir da mensagem via **“chat”** pelo Pregoeiro, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**11.19.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**11.19.2.** É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



## **12 - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**12.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

**12.2.** Os representantes das PROPONENTES poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

**12.3.** A troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, ocorrerá em campo próprio do sistema.

**12.4.** O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**12.5.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os PROPONENTES.

**12.6.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo PREGOEIRO, e somente estas participarão da etapa de envio de lances.

**12.7.** O agente público designado para atuar como fiscal do contrato deverá analisar as propostas ofertadas pelas licitantes durante o processo de contratação, para que seja verificada a compatibilidade da proposta com as exigências definidas em edital, conforme inciso V do art. 5º do Decreto Municipal nº 3.313/23.

**12.8.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, para que seja promovida a análise das Propostas, estipulando novo horário e/ou data para início da disputa, que serão informados a todos os licitantes via sistema.

**12.9.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- g) Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas no item 10 do edital.

**12.10.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

## **13 - FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**13.1.** Classificadas as propostas, o PREGOEIRO dará início à fase competitiva, quando então as PROPONENTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**13.2.** Os licitantes serão imediatamente informados do recebimento dos lances e do valor consignado no registro.

**13.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

**13.4.** A PROPONENTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o valor de redução de um lance para outro de no mínimo **R\$ 1,00 (um real)** para os itens **01 e 02** e suas respectivas cotas reservadas que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**13.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



**13.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**13.7.** Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do(s) item(ns), assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, de acordo com o previsto no Anexo II – Termo de Referência.

**13.7.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

**13.7.2.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

**13.8.** Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, dar prosseguimento ao Pregão, negociando com o licitante, condicionado, em todas as hipóteses, a inexistência de prejuízos à Administração.

#### **14 - MODO DE DISPUTA E DESCONEXÃO COM O PREGOEIRO**

**14.1.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, com prorrogações.

**14.2.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**14.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 14.2, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**14.4.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 14.2 e 14.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**14.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 14.3, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, justificadamente.

**14.6.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**14.7.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**14.8.** No caso de desconexão do PREGOEIRO no decorrer da etapa de envio de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às PROPONENTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**14.9.** Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema da BLL e no site da Prefeitura.

#### **15 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**15.1.** Após a etapa de envio de lances, havendo propostas ou lances, de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com



direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

**15.1.1.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.

**15.2.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**15.3.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual que se encontrem no estabelecido no item 15.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**15.4.** Os lances equivalentes apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

**15.5.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**15.6.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**15.7.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **16 – NEGOCIAÇÃO, CONSULTA DE APENADOS, ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E CADASTRO RESERVA**

**16.1.** Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**16.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**16.1.2.** Depois de concluída a negociação, o resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**16.1.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais PROPONENTES.

**16.2.** Encerrada a negociação com o licitante, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, devendo também comparar os preços apresentados com os atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, e verificará a habilitação da PROPONENTE, conforme disposições do edital.

**16.3.** O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado, a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da solicitação através do sistema.

**16.4.** O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 12.9 letra “d” deste edital, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço que apresentar.

**16.5.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a PROPONENTE não atender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da PROPONENTE, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o edital.

**16.6.** Será consultada a relação de apenados no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>), e ainda, no site do Ministério da Transparência - Controladoria Geral da União (<http://transparencia.gov.br>), bem como o site do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br>), para verificação se a(s) empresa(s) licitante(s), não está(ão) incurso(s) em nenhum dos impedimentos legais, para participação no presente Pregão.

**16.7.** O pregoeiro questionará ao segundo colocado se este aceita cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor para formação de cadastro reserva, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

**16.8.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

**16.9.** Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, que será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **17 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**17.1.** Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos para execução da ata de registro de preços e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e demais condições definidas neste edital.

**17.2.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**17.3.** O PREGOEIRO poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**17.3.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 17.3, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **18 - INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZOS DOS RECURSOS**



**18.1.** Após a declaração do(s) vencedor(es) e a regularização fiscal e trabalhista que trata o item 11.7.2, o proponente que desejar recorrer contra decisões do PREGOEIRO poderá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) minutos, através do seu representante, manifestando em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer.

**18.2.** As razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da intimação pelo Pregoeiro no sistema, ficando as demais PROPONENTES, intimadas para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões em igual prazo, contados da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**18.3.** As razões e contrarrazões de recurso, deverão ser encaminhados em campo próprio da BLLCOMPRAS no prazo estipulado no item 18.2.

**18.4.** A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 18.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro proporá a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

**18.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.6.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

## **19 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório devidamente instruído à autoridade competente e proporá a sua adjudicação e homologação.

**19.2.** A unidade de Controle Interno manifestará acerca da integridade, regularidade e legalidade em todos os processos licitatórios antes da respectiva homologação, conforme Decreto Municipal nº 3.313/2023.

## **20 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

**20.1.** Após a homologação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar a ata de registro e o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da(s) convocação(ões) expedida(s) pelo Departamento de Administração / Licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**20.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado (1) uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**20.3.** Caso o vencedor da licitação seja o Consórcio, o prazo previsto no item 20.1, será contado a partir da data de entrega do registro, que trata o item 20.9.9.

**20.4.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro e/ou o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata/contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**20.5.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



**20.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**20.6.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**20.6.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**20.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, conforme o caso.

**20.8.** A regra acima não se aplica aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 20.6.1.

**20.9.** Para assinatura do contrato, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

**20.9.1.** Procuração ou Contrato Social do representante que irá assinar o contrato;

**20.9.2.** Termo de Ciência e Notificação a ser emitido pela CONTRATANTE;

**20.9.3.** Comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda sua vigência.

**20.9.4.** Qualificação da pessoa física para assinar o contrato, contendo nome, cargo na empresa, CPF e e-mail institucional.

**20.9.5. Documentos Complementares:**

**a)** Apresentar Registro da empresa licitante na Agência Nacional do Petróleo – ANP, pertinente à atividade específica, ou seja, distribuidor ou revendedor, dentro de seu prazo de validade.

**b)** Certificado de Vistoria em nome da licitante emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

**c)** Apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF), da distribuidora e do revendedor de Atividade Potencialmente Poluidora ou Utilizadores de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade (CR), válido, conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013.

**d)** Declaração que os veículos que serão utilizados no transporte do gás possuem certificado de capacitação individual emitido por empresas homologadas pelo INMETRO, bem como a de que os motoristas possuem habilitação no curso de movimentação de cargas perigosas – MOPE.

**20.9.6. Somente no caso de o licitante vencedor ser estrangeiro:** os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

**20.9.7. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:** apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, **ainda**, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;



**20.9.8. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial:** apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

**20.9.9. Somente no caso de empresas em consórcio:** promover a constituição e o registro do consórcio, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, após declarado vencedor, nos termos do compromisso referido no item 11.18.8 do edital.

**Nota 1:** Os documentos solicitados no item “20.9.1” serão dispensados, se já constarem nos documentos de habilitação apresentados.

**20.10.** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

**20.11.** O instrumento de contrato PODE ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, observado o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **21 - HIPÓTESES DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**21.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**21.1.1.** Quando a(s) adjudicatária(s) se recusar a assinar a ata de registro de preços/contrato ou quando convocada à assinatura, dentro do prazo de validade de sua proposta, não atender a todas as condições para a celebração da contratação;

**21.1.2.** No caso de microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e/ou microempreendedor(es) individual(ais) declarado(s) vencedor(s) que não comprovar(em) a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

**21.1.3.** Nas hipóteses de provimento de recurso que importe na invalidação dos atos precedentes à realização da sessão pública, ou em que seja anulada a própria sessão pública;

**21.1.4.** Deixar de apresentar os documentos de habilitação na forma e nos prazos estipulados nos itens 9.3 e/ou 11.22.

**21.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**21.3.** A divulgação do aviso de reabertura da sessão ocorrerá por publicação na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, e nos endereços eletrônicos [www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br](http://www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br) e <http://bllcompras.com>, e/ou ainda via e-mail.

## **22 - CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA**

**22.1.** As condições e local de entrega do objeto do presente Pregão serão conforme o estabelecido no contrato, cuja minuta constitui no anexo III deste Edital.

## **23 - RECEBIMENTO, VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO**

**23.1.** O recebimento, vigência e o prazo de execução serão conforme condições estabelecidas no contrato, cuja minuta constitui no anexo III deste Edital.

## **24 - PAGAMENTO**

**24.1.** O pagamento será realizado conforme condições estabelecidas no contrato, cuja minuta



constitui no anexo IV deste Edital.

## 25 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**25.1.** Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 25.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 25.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 25.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 25.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 25.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 25.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 25.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 25.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 25.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 25.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**25.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

- 25.2.1.** **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 25.2.2.** **Multa**, aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas do item 8.1, de acordo com o Decreto Municipal nº 2.581/2015.
- 25.2.3.** **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 25.1.2, 25.1.3, 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6 e 25.1.7 acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Santa Rita do Passa Quatro-SP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 25.2.4.** **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 25.1.8, 25.1.9, 25.1.10, 25.1.11 e 25.1.12 item acima deste Contrato, bem como nos itens 25.1.2, 25.1.3, 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6 e 25.1.7 acima deste Contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 25.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**25.3.** As sanções previstas nos itens 25.2.1, 25.2.3 e 25.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 25.2.2.

**25.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso.

**25.5.** A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.



- 25.6.** Na aplicação da sanção prevista no item 25.2.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 25.7.** A aplicação das sanções previstas itens 25.2.3 e 25.2.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 25.8.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.
- 25.9.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 25.10.** Eventuais infrações cometidas pela licitante durante o procedimento licitatório regido pelo edital do PREGÃO ELETRÔNICO N°. 016/2026 ou pela CONTRATADA durante a execução do presente Contrato serão apuradas pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, instituída pelo Decreto n.º 2.706, de 18 de abril de 2017.
- 25.11.** As demais condições estão dispostas na Lei 14.133/2021.
- 25.12.** Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Diretor do Departamento interessado, ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

## **26 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 26.1.** As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidade entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público e dos contratos delas decorrentes.
- 26.2.** Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento observadas as disposições do artigo 183 da Lei n° 14.133/2021.
- 26.3.** Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.
- 26.4.** Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
- 26.5.** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório, poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
- 26.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.7.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 26.8.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.
- 26.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente adjudicatária, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de  
**Santa Rita do Passa Quatro – SP**

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,  
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



**26.11.** É facultado ao Pregoeiro e a equipe de apoio, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**26.12.** Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação de regência e segundo os princípios gerais de direito.

**26.13.** Será competente o Foro da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

**26.14.** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

**26.15.** É vedada à participação do órgão em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

Santa Rita do Passa Quatro, 21 de maio de 2026.

---

Marcelo Simão  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. Objetivo

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo avaliar a melhor solução para a contratação de empresa especializada no fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijões P/13 e P/45, de forma contínua e sob demanda, visando atender as necessidades operacionais dos setores públicos e setores da alimentação escolar. Busca-se assegurar o abastecimento ininterrupto, a segurança no transporte e manuseio do produto, a economicidade da contratação, bem como a eficiência no atendimento, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 2. Descrição da necessidade

A aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg e 45 Kg, justifica-se para dar continuidade ao atendimento no que se refere ao preparo de alimentação (leite, cocção de arroz, feijão e carnes, cocção de legumes, preparações como tortas, bolos, etc.) nas Unidades de Ensino: Creches, EMEIS e EMEFS Municipais, bem como para suporte aos Departamentos Municipais. A eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (Troca por Botijão GLP 13 e 45 kg abastecidos) se faz necessária atendendo dessa maneira, a demanda das Unidades Escolares e a Administração de um modo geral, sendo a contratação através de Registro de Preço pelo prazo de 12 meses.

#### 3. Área requisitante

Área Requisitante Responsável: Setor de Alimentação Escolar, Setores Administrativos e Setores da Saúde.

#### 4. Do Fundamento Legal:

O procedimento licitatório obedecerá às disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, da legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

De acordo como artigo 20, da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto 11.462, de 2023, os bens a serem contratados na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço, visando eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (Troca por Botijão GLP 13 e 45 kg abastecidos) enquadrar-se na classificação de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.



Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto ao qual se pretende contratar. Inclusive, para o Gás GLP a Granel o comodato se torna a única opção a se adotar, portanto, de melhor custo-benefício e de comprovada vantajosidade para a administração. O aceite/aprovação do material pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do (s) fornecedor (es) por vícios de quantidade ou qualidade posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art.28 da Lei nº .8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Havendo risco de explosão, a reparação ou substituição dos materiais recusados deverá ocorrer imediatamente após notificação pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro - SP. O botijão, mesmo entregue e recebido, fica sujeito à reposição ou substituição pela contratada, desde que comprovada a existência de defeito cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização. Poderão participar da licitação somente Empresas autorizadas pela ANP para atuar no ramo. O Fornecedor deverá entregar recipientes com selo de Identificação da Conformidade com a Norma Técnica ABNT 8460:2020 definido pelo Inmetro.

## **6. Levantamento de Mercado**

Os bens, objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG e descrições complementares contidas nos adendos. Para os bens a serem adquiridos existem um grande número de fornecedores existentes no mercado nacional, que oferecem materiais dentro das especificações solicitadas. O Pregão eletrônico tipo Registro de Preço foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação. Os bens classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado. A Pesquisa de Preços para estimativa do valor unitário máximo a ser aceito na licitação terá por base um Mapa de Preços a ser elaborado com base na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional.

## **7. Descrição da solução como um todo**

A solução para eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo, (Troca por Botijão GLP 13 e 45 kg abastecidos) se dará através de Registro de Preço, com validade de 12 meses, comprando a administração a quantidade necessária para atender às suas demandas.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem contratadas**

As quantidades a serem contratadas foram baseadas no consumo anual das unidades Escolares: Creches, EMEIs e EMEFs Municipais.



UNIDADE	GÁS P13 KG	GÁS P45 KG
<b>CRECHES MUNICIPAIS</b>	-	100
<b>EMEIS</b>	-	50
<b>EMEFS</b>	12	50
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>200</b>

### 9. Recebimento Dos Produtos

Cumprir todas as obrigações constantes no edital, Termo de Referência e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

### 10. Da Fiscalização

10.1 - Fica expressamente consignado, que a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência estará a cargo e exclusivo critério do Departamento de Educação, através de sua responsável, Sra. Luciana Terassi Froner, gestora do contrato pela Alimentação Escolar e Ana Carolina Rangel Port, como fiscal de contrato, com autoridade para exercer orientação geral, controle, coordenação, fiscalização e aprovação dos materiais recebidos, conforme Lei nº 14.133 de 2021.

### 11. Do Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias subsequentes após atesto da Nota Fiscal pela unidade competente, ficando condicionado à comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, Tributos Federais;

### 12. Da Contratação

Para a efetivação do contrato as empresas vencedoras do processo licitatório deverão apresentar os documentos exigidos conforme a Lei 14.133/2021.

### 13. Necessidade De Apresentação De Catálogo Ou Amostra

Não se aplica.

### 14. Estimativa do Valor da Contratação

O valor máximo aceito para a contratação pretendida será apurado pelo Setor de Compras desta Prefeitura, mediante pesquisa de preços a ser realizada na forma da lei e de acordo com jurisprudência pertinente do TCU e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

### 15. Das Dotações Orçamentárias:

As despesas para pagamento dos materiais solicitados correrão por conta dos Recursos Federais:

- EDUCAÇÃO INFANTIL – QESE (FICHA 138/ VINCULO 210.003), RECURSOS PRÓPRIOS (FICHA 137/ VINCULO 210.000)
- ENSINO FUNDAMENTAL – QESE (FICHA 165/ VINCULO 220.001), RECURSOS PRÓPRIOS (FICHA 164/ VINCULO 220.000)



## **16. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes.

## **17. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

## **18. Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser adquirido e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto. Para o Gás GLP envasado em botijões de 13 Kg e 45 Kg, o licitante deverá apresentar “Certificado de autorização de ponto de revenda de GLP” válido, emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

## **19. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Pretende-se contratar os itens descritos no Edital ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades das Unidades Escolares e Departamentos Municipais, de forma eficaz e eficiente.

## **20. Providências a serem Adotadas Após a realização desse Estudo Preliminar,**

O Termo de Referência será elaborado para ser aprovado pela Administração Central a qual será realizada Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Registro de Preço. A licitação estando homologada e as atas assinadas poderá ser feita a contratação dos itens licitados, conforme demanda da municipalidade.

## **21. Possíveis Impactos Ambientais**

O GLP apresenta grande aplicabilidade como combustível devido as suas características de alto poder calorífico, excelente qualidade de queima, fácil manuseio, baixo impacto ambiental, facilidade de armazenamento e possibilidade de engarrafamento em vasilhames, facilitando o transporte. Uma característica do GLP – e dos gases combustíveis em geral – é a sua baixa emissão de poluentes. O GLP é um combustível limpo. Não é tóxico e não contamina os mananciais de



água nem o solo. Dentre os possíveis impactos ambientais com o Fornecimento de Gás cita-se: - Transporte inadequado; possibilidade de vazamento; não utilização de recipiente adequado.

## **22. Justificativa da Viabilidade**

22.1 A contratação se mostrou viável a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos.

22.2 Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

22.3 O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Alimentação Escolar para justificar-se para dar continuidade ao atendimento no que se refere ao preparo de alimentação (leite, cocção de arroz, feijão e carnes, cocção de legumes, preparações como tortas, bolos, etc.) nas Unidades de Ensino: Creches, EMEIS e EMEFS Municipais, bem como para suporte aos Departamentos Municipais.

22.4. Este ETP está de acordo com a legislação vigente; diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, neste sentido, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

Santa Rita do Passa Quatro, 24 de março de 2026.

---

Ana Carolina Rangel Port  
Nutricionista Responsável  
Central de Alimentos “João de Freitas”

---

Luciana Terassi Froner  
Diretora do Departamento de Educação



## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - OBJETO

1.1 - Registro de Preços para eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em regime fracionado, em botijões de 13 e 45 kg, para atender aos serviços de alimentação escolar e setores municipais, conforme quantidades, condições e exigências constantes deste Termo de Referência.

1.2 - Será adotado o Sistema de Registro de Preços, visto que este, pela sua característica essencial, permite aquisições à medida que forem surgindo as necessidades da Administração. Segundo o art. 3º do Decreto Municipal nº 2.097/08, “O SRP poderá ser adotado para aquisição de bens ou serviços que, pelas suas características, ensejem contratações frequentes”. Essa forma de contratação para aquisição de bens possibilita contratações/aquisições que demandam um menor tempo à medida que as necessidades vão surgindo, o que reflete em menores estoques internos, baixos riscos de obsolescência de materiais e menor capital mobilizado.

#### 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os produtos a serem adquiridos pela Administração Pública, enquadram-se na categoria de bens considerados comuns de uso geral conforme artigo 20, da Lei 14.133/2021. “Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo”. Trata-se de bens adquiridos de forma habitual/rotineira pela Administração Pública, com características que encontram no mercado padrões usuais de especificação e que possibilitam julgamento objetivo pelo menor preço.

#### 3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - É imperiosa a contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), de maneira fracionada, em vista da necessidade de o produto ser fonte para o preparo das refeições em todas as Creches Municipais, bem como o preparo de leite e legumes destinados a alimentação aos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Municipal e sua utilização em repartições Públicas do Município.

#### 4 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

##### COTA PRINCIPAL (LIVRE)



Item	Quant.	Unid.	Discriminação
01	153	Unid.	Gás liquefeito de petróleo, envasado em botijão de 45 (quarenta e cinco) quilos, fornecidos em regime fracionado. <b>COTA PRINCIPAL DO ITEM 03</b>
02	69	Unid	Gás liquefeito de petróleo, envasado em botijão de 13 (treze) quilos, fornecidos em regime fracionado. <b>COTA PRINCIPAL DO ITEM 04</b>

### **COTA RESERVADA (ME e EPP)**

Item	Quant.	Unid.	Discriminação
03	51	Unid.	Gás liquefeito de petróleo, envasado em botijão de 45 (quarenta e cinco) quilos, fornecidos em regime fracionado. <b>COTA RESERVADA DO ITEM 01</b>
04	22	Unid	Gás liquefeito de petróleo, envasado em botijão de 13 (treze) quilos, fornecidos em regime fracionado. <b>COTA RESERVADA DO ITEM 02</b>

Os quantitativos expressos neste Termo de Referência são estimados, representando a previsão do Departamento de Educação, para o prazo de 12 (doze) meses.

### **5 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 - O objeto dessa ATA será fornecido após a emissão da “Ordem de Fornecimento”, sendo que as entregas serão de forma parcelada de acordo com a necessidade de consumo da MUNICIPALIDADE.

5.2 - As entregas serão realizadas nas Unidades Escolares relacionadas e nos respectivos Departamentos e Escolas Municipais de acordo com a necessidade de consumo do Município de Santa Rita do Passa Quatro – SP, de segunda a sexta-feira no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, ou a constante da “Ordem de Fornecimento”, onde o servidor municipal responsável acompanhará a descarga dos mesmos.

**Unidades Escolares (Creches, EMEIs, EMEFs) e Setores da Administração que utilizam o GLP 45 kg para preparação e/ou aquecimento da alimentação dos alunos e outros, endereços para entrega:**



**EMEF CAIC** - Rua Faustino de Moura, 130 – Jardim Boa Vista I;  
**EMEF Madre Carmelita** – Praça Prof. Lauro Costa, 61 – Coronel Victor Meirelles;  
**EMEF João Batista da Rocha Correia** – Rua Eugênio Anacleto Rodrigues Dias, 458 -  
Distrito de Santa Cruz da Estrela, localizado a 20 quilômetros do Município de Santa Rita  
do Passa Quatro – SP.  
**Creche Laura Suriani Barbuio** – Rua Faustino de Moura, 130 – Jardim Boa Vista I;  
**Creche Ana Mardegan** – Rua Caetano Barioni, 372 – Jardim São Luiz;  
**Creche Anna Prada** – Rua Francisca Maia Lello, 64 – Jardim São Vicente;  
**Creche Prof. Camila de L. Sereguetti** – Rua Alcides de Freitas s/n – Vila Kennedy;  
**Creche Antonia G. Scorsolini** – Rua Roki Benato, 96 – Lagoinha;  
**Creche Escola Rômulo Bortolini** – Rua Paulo Zerbato s/n – Jardim Itália;  
**Creche Assumpta Piovato Missiato** – Rua das Camélias, nº 130 – Jardim Nova Santa  
Rita;  
**Creche Romilda Amélia Vichetti Beltrame** – Rua José Ferreira de Rezende, 861 –  
Distrito de Santa Cruz da Estrela, localizado a 20 quilômetros do Município de Santa Rita  
do Passa Quatro - SP.  
**Emei Maria Amélia** - Rua General Ozório, 805 – Centro;  
**Emei Prof. Galdina Lima Segatto** – Avenida José Gonso, 271;  
**Emei João Ribaldo** – Rua Luis Fonseca de Souza Meirelles, 186 – Jardim Alvorada;  
**Emei Yolanda F. Santana** – Rua Jabor D. Debs, 183 – Vila Kennedy;  
**Fundo Social de Solidariedade** – Rua Visconde do Rio Branco, 1135 – Jardim 22 de  
Maio;

**Unidade Escolar (EMEF e Setores Administrativos) que utilizam o GLP 13 kg para  
preparação e/ou aquecimento da alimentação dos alunos e funcionários, endereços  
para entrega:**

**EMEF Francisco Ribeiro** – Praça Voluntário Silvano s/n.  
**Fundo Social de Solidariedade** – Rua Visconde do Rio Branco, 1135 – Jardim 22 de  
Maio;  
**Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social** - Av. Severino Meirelles, 1761  
– Centro – Tel. (19) 3582-5641;  
**CRAS** – Av. José Ribeiro de Oliveira, 3231 - Jardim Boa Vista III - Tel. (19) 3582-2123;  
**CREAS/CASA LAR** - Rua Dr. José Pereira de Abreu, nº 213, Centro - Tel. (19) 3582-  
5646;  
**CCI (Serra)** - Rua das Tulipas, 13 – Jd. Nova Santa Rita;  
**CCI (Kennedy)** - Rua Jabor D Debs, 509 - Vila Kennedy;  
**CCI (Estrela)** - Rua Eugenio Anacleto Rodrigues Dias, 424 - Distrito de Santa Cruz da  
Estrela, localizado a 20 quilômetros do Município de Santa Rita do Passa Quatro – SP;  
**CCI (22 de maio)** - Rua Sebastião da Silva Borges, 182 – Jd 22 de maio;  
**Coordenadoria de Promoção e Igualdade Racial** – Rua Inácio Ribeiro, 894 – Centro –  
Tel. (19) 3582-5703;  
**Garagem Municipal** - R. Cirilo Baptista, 102 - Bairro Jardim,  
**Cemitério Municipal** – Rua: Madre Carmelita, 412



**Tiro de Guerra** - R. José Rodrigues Palhares 183 – centro;  
**CAPS 1** – Rua: José Bonifácio, 48 – Centro;  
**Residência Terapêutica** – Av. Mário Eulálio, nº 599, Bairro: Jardim  
**Centro Cultural e Museu José Spadon** - Av. Severino Meireles, 896 – Centro;  
**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro** – Rua: Victor Meirelles, 89 –  
centro;  
**Almoxarifado** - Rua Jose Bonifácio, 1215;  
**Clube de Campo – “Parque Turístico Municipal”** – Rua: Carlos Zorzi, 598 – Jd São  
Vicente.

5.3 – Prazo de entrega: A empresa contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia para entrega nos locais solicitados, sendo que os endereços da entrega dos Setores Administrativos e Saúde, serão determinados posteriormente pelo próprio setor.

5.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.5 - As despesas de entrega dos produtos licitados correrão por conta exclusivas da empresa contratada.

5.6 - A Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.

## **6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 – Fornecer os itens conforme especificações do Termo de Referência;

6.2 - Arcar com todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto desta ATA, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

6.3 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, no ato convocatório e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



6.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

6.6 - Deverá executar o fornecimento dos itens objeto da presente ATA de acordo com as técnicas usuais para esse tipo de produto, a qual alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, e deverá tomar todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado ao serviço, atendendo a todas as disposições legais para o tipo de produto.

6.7 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.9 - Em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela MUNICIPALIDADE E, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à MUNICIPALIDADE.

6.10 - A Detentora da ATA deverá fornecer itens que tendam todas as normas da ANVISA, ABNT e INMETRO.

6.11 – Apresentar Registro da empresa na Agência Nacional do Petróleo – ANP, pertinente à atividade específica, ou seja, distribuidor ou revendedor, dentro de seu prazo de validade.

6.12 - Certificado de Vistoria em nome da licitante emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

6.13 - Apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF), da distribuidora e do revendedor de Atividade Potencialmente Poluidora ou Utilizadores de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade (CR), válido, conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013.

6.14 - Declaração que os veículos que serão utilizados no transporte do gás possuem certificado de capacitação individual emitido por empresas homologadas pelo INMETRO, bem como a de que os motoristas possuem habilitação no curso de movimentação de cargas perigosas – MOPE.



6.15 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

## **7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre qualquer problema que venha a ocorrer com os produtos entregues e estabelecer prazo para a sua substituição;

7.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.3 - Proporcionar as condições necessárias para que a empresa contratada possa fornecer o objeto do edital e do ajuste dele decorrente;

7.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos bens entregues pela empresa contratada, nos termos da Lei nº 14.133/21;

7.5 - Pagar à empresa contratada o valor resultante da aquisição, de acordo com a Ordem de Fornecimento expedida, na forma estipulada no contrato;

7.6 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela empresa contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do ajuste firmado pelas partes, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8 - SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

O valor máximo aceito para a contratação pretendida será apurado pelo Setor de Compras desta Prefeitura, mediante pesquisa de preços a ser realizada na forma da lei e de acordo com jurisprudência pertinente do TCU e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **10 - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PELA EMPRESA VENCEDORA NA ASSINATURA DO CONTRATO**



10.1 – Apresentar Registro da empresa licitante na Agência Nacional do Petróleo – ANP, pertinente à atividade específica, ou seja, distribuidor ou revendedor, dentro de seu prazo de validade.

10.2 - Certificado de Vistoria em nome da licitante emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

10.3 Apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF), da distribuidora e do revendedor de Atividade Potencialmente Poluidora ou Utilizadores de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade (CR), válido, conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013.

10.4 - Declaração que os veículos que serão utilizados no transporte do gás possuem certificado de capacitação individual emitido por empresas homologadas pelo INMETRO, bem como a de que os motoristas possuem habilitação no curso de movimentação de cargas perigosas – MOPE.

## **11 - PRAZO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1 - A Administração providenciará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o aceite, pelo Departamento de Educação, da Nota Fiscal emitida pela Contratada e dos demais documentos exigidos e previstos no ajuste a ser firmado pelas partes.

11.2 - Nenhum pagamento isentará a empresa contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.3 - Identificada qualquer divergência na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à Contratada, a fim de que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

11.4 - O pagamento devido pela Contratante será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

11.5 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará à Contratante plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

11.6 - Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.



## 12 – Recursos Orçamentários

### 12.1 - DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As despesas para execução do presente correrão por conta de Recursos Federais:

- EDUCAÇÃO INFANTIL – QESE (FICHA 138/ VINCULO 210.003), RECURSOS PRÓPRIOS (FICHA 137/ VINCULO 210.000)
- ENSINO FUNDAMENTAL – QESE (FICHA 165/ VINCULO 220.001), RECURSOS PRÓPRIOS (FICHA 164/ VINCULO 220.000)

### 12.2 – DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

As despesas para execução do presente correrão por conta dos Recursos Próprios. (110.000)

### 12.3 – DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

As despesas para execução do presente correrão por conta dos Recursos Próprios. (110.000)

### 12.4 – DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E CULTURA

As despesas para execução do presente correrão por conta dos Recursos Próprios (110.000)

### 12.5 – DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As despesas para aquisição do objeto pretendido correrão por conta dos **Recursos Federais**: **IGD - BOLSA FAMÍLIA, IGD – PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL, PAIF, PAEFI, CASA LAR, SIGTV REDE DIRETA GND3 (CUSTEIO) e SIGTV GND3 (CUSTEIO) FMAS**; por **Recursos Estaduais** provenientes das verbas **CIDADÃO SEMPRE, PAIF CRAS, FEAS CREAS PROT SOC ESPECIAL e CENTRO DIA DA PESSOA IDOSA** e por **Recursos Próprios**, previamente empenhados neste exercício.

- **Recurso Federal IGD - Bolsa Família**: Banco do Brasil, Agência 2589-5, Conta n°: 17.699-0; Código de Aplicação 500.014 (vínculo);
- **Recurso Federal IGD – Programa Auxílio Brasil**: Banco do Brasil, Agência 2589-5, Conta n°: 24.226-8; Código de Aplicação 500.009 (vínculo);
- **Recurso Federal PAIF**: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta n°: 17.703-2; Código de Aplicação 500.020 (vínculo);
- **Recurso Federal PAEFI**: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta n°: 18.857-3; Código de Aplicação 500.029 (vínculo);
- **Recurso Federal Casa Lar**: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta n°: 18.857-3; Código de Aplicação 500.034 (vínculo);
- **Recurso Federal SIGTV REDE DIRETA (GND3) CUSTEIO**: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta n°: 24.604-2; Código de Aplicação 800.039 (vínculo);



- **Recurso Federal SIGTV REDE DIRETA (GND3) FMAS: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta nº: 26.329-X; Código de Aplicação 800.056 (vínculo);**
- **Recurso Federal SIGTV REDE DIRETA (GND3) FMAS: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta nº: 26.334-6; Código de Aplicação 800.057 (vínculo);**
  
- **Recurso Estadual Cidadão Sempre: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta nº: 28.019-4; Código de Aplicação 500.017 (vínculo);**
- **Recurso Estadual PAIF CRAS: Banco do Brasil, Agência: 2589-5, Conta nº: 28.019-4; Código de Aplicação 500.018 (vínculo);**
- **Recurso Estadual FEAS CREAS Prot Soc Especial: Banco do Brasil - Agência: 2589-5 Conta Corrente: 28.020-8; Código de Aplicação 500.003 (vínculo);**
- **Recurso Estadual Centro Dia da Pessoa Idosa: Banco do Brasil - Agência: 2589-5 Conta Corrente: 28.020-8; Código de Aplicação 500.019 (vínculo);**
  
- **Recursos Próprios – Código de Aplicação 500.000 (vínculo);**

#### **12.6 – DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE**

As despesas para execução do presente correrão por conta dos Recursos Próprios (110.000)

#### **12.7 – DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS**

As despesas para execução do presente correrão por conta dos Recursos Próprios. (110.000)

#### **12.8 – DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES**

As despesas para execução do presente correrão por conta dos Recursos Próprios. (110.000)

### **13 - REAJUSTES DOS PREÇOS**

Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas (Lei Federal nº 10.192, de 2001).

### **14 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DOS BENS**

14.1 - Fica expressamente consignado, que a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência estará a cargo e exclusivo critério do Departamento de Educação, através de sua responsável, Sra. Luciana Terassi Froner, gestora do contrato pela Alimentação Escolar, com autoridade para exercer orientação geral, controle, coordenação, fiscalização e aprovação dos materiais recebidos, conforme Lei nº 14.133 de 2021.

14.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não



implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de acordo com a Lei nº 14.133/21.

14.3 - O representante designado pela Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **15 - CLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

O critério de julgamento do certame será o de menor preço por item.

## **16 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

16.1 - Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

16.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no Decreto municipal n.º 2.581, de 07 de maio de 2015, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

Santa Rita do Passa Quatro, 24 de março de 2026.

---

Ana Carolina Rangel Port  
Nutricionista Responsável  
Central de Alimentos “João de Freitas”

---

Luciana Terassi Froner  
Diretora do Departamento de Educação



### ANEXO III

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO N.º 0064/2026**

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Unitário.

**MUNICIPALIDADE:** Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro – SP.

**DETENTORA DA ATA:** \*\*\*\*\*

Aos \*\* dias do mês de \*\*\*\*\* de 2026, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO, situado na Rua Victor Meirelles n.º 89, cidade de Santa Rita do Passa Quatro, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF. n.º 45.749.819/0001-94, doravante denominada simplesmente MUNICIPALIDADE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. Marcelo Simão, portador do RG 11.018.410-5 e CPF sob n.º 026.365.698-55, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo, e, de outro, a firma \*\*\*\*\* (*em recuperação judicial/extrajudicial, quando for o caso*), com sede na Rua \*\*\*\*\* , inscrita no CNPJ/MF n.º. \*\*\*\*\* , doravante denominada simplesmente DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu (nome, função, RG, CPF, do representante legal da empresa), considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 016/2026, Processo Administrativo n.º 0064/2026, RESOLVEM registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

O objeto desta ATA é o Registro de Preços para eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em regime fracionado, em botijões de 13 e 45 kg, para atender aos serviços de alimentação escolar e setores municipais, conforme especificações contidas no edital do Pregão Eletrônico n.º 016/2026 e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA

Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização dos serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta ATA o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 016/2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO e seus anexos, constantes do Processo n.º. 0064/2026 e em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da DETENTORA DA ATA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



O objeto desta ata de registro de preços será entregue em perfeitas condições de uso, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência deste, sem qualquer despesa adicional.

§ 1º. O objeto da presente Ata será recebido:

I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do término da execução, pela DETENTORA DA ATA;

II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º. No recebimento e aceitação do objeto desta Ata serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 41 do Decreto Municipal nº. 3.313/2023 e suas alterações.

§ 3º. Os itens serão recebidos definitivamente, mediante recibo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

§ 4º. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

§ 5º. Os produtos licitados deverão ser entregues devidamente embalados, de forma que não sejam danificados durante o processo de entrega.

§ 6º. Serão recusados os produtos com embalagens danificadas, devendo eles serem substituídos pela fornecedora, no prazo concedido pelo Departamento Municipal de Saúde.

§ 7º. As despesas de entrega dos produtos licitados correrão por conta da empresa contratada.

§ 8º. No recebimento e aceitação do objeto desta ata serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 140, da Lei Federal n. 14133/21. O servidor municipal, responsável pelo recebimento e inspeção do objeto, após o seu recebimento definitivo, encaminhará a nota fiscal para o setor de contabilidade.

§ 9º. Em caso de não aceitação dos itens, objeto desta Ata, fica a empresa vencedora obrigada a retirá-los e a substituí-los no prazo de 01 (um) dia, contado a partir da emissão da notificação expedida pela Municipalidade, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA** **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas para execução da presente Ata correrão por conta de Recursos Próprios, previamente empenhados neste exercício, sob os nºs. EDUCAÇÃO INFANTIL: 020510-12.365.0160.2009-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 210.000; EDUCAÇÃO INFANTIL (QESE): 020510-12.365.0160.2009-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 210.003; ENSINO FUNDAMENTAL - EMEFS: 020530-12.361.0150.2013-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 220.000; ENSINO FUNDAMENTAL – EMEFS (QESE): 020530-12.361.0150.2013-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 220.001; ADMINISTRAÇÃO GERAL: 020210-04.122.0046.2007-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; ALMOXARIFADO: 020230-04.122.0046.2121-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; ATENÇÃO BÁSICAP: 020830-10.301.0119.2056-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 300.000; SERVIÇOS DE TURISMO: 020630-23.695.0241.2026-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: 020640-23.695.0241.2027-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; SERVIÇOS DE CULTURA: 020620-13.392.0170.2024-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE: 020130-08.244.0045.2004-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01



C.A: 110.000; SERVIÇOS MUNICIPAIS: 021210-15.452.0181.2038-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; SERVIÇOS DE ESPORTES: 020610-27.812.0270.2022-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 110.000; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (IGD - BOLSA FAMÍLIA): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.014; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAIF): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.020; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAEFI): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.029; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CASA LAR): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 500.034; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SIGTV CUSTEIO): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 800.039; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SIGTV FMAS): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 800.056; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SIGTV FMAS): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 05 C.A: 800.057; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIDADÃO SEMPRE): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 02 C.A: 500.017; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS – CREAS PROT SOC ESPECIAL): 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 02 C.A: 500.003; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: 020910-08.244.0106.2031-3.3.90.30 – Material de Consumo FR: 01 C.A: 500.000;

#### CLÁUSULA QUINTA

#### PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades do item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição dos Itens	Valor Unit.	Valor Total

§ 1º. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

§ 2º. Para que seja efetuado o pagamento, bem como para o recebimento dos itens objeto deste Pregão, a administração pública valer-se-á da aprovação do departamento solicitante, responsável pelo atesto do item.

§ 3º. A DETENTORA DA ATA apresentará ao servidor do departamento solicitante, nota fiscal referente à entrega efetuada.

a) A nota deverá ser entregue juntamente com o(s) item(ns) objeto(s) do pedido, contendo:

- PREGÃO ELETRÔNICO N°. 016/2026.

- Processo n°. 0064/2026.

- data da emissão;

- estar endereçada à Prefeitura Municipal da Estância Climática de Santa Rita do Passa Quatro – SP, situada à Rua Vitor Meirelles, 89, sob CNPJ n° 45.749.819/0001-94;

- valor unitário;



- valor total;
- a especificação dos materiais/produtos
- e) Fica reservado ao Departamento responsável o direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, bem como efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo à MUNICIPALIDADE, que correrá por conta da DETENTORA DA ATA, que se obriga a suportá-la prestando todos os esclarecimentos necessários.
- d) A liberação do pagamento ficará condicionada à aprovação da nota fiscal.

§ 4º. A Administração providenciará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o aceite, pelo Departamento de Educação, da Nota Fiscal emitida pela Contratada e dos demais documentos exigidos e previstos no ajuste a ser firmado pelas partes.

§ 5º. A nota não aprovada será devolvida à DETENTORA DA ATA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item acima, a partir da data de sua reapresentação.

§ 6º. A devolução da nota não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que se suspenda a entrega dos itens objeto da presente Ata.

§ 7º. Nenhum pagamento isentará a DETENTORA DA ATA das responsabilidades assumidas na forma desta Ata, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos itens entregues.

§ 8º. Não será iniciada a contagem de prazo para pagamento, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

§ 9º. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na municipalidade, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

§ 10º. Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização desta documentação.

§ 11º. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(ns) entregue(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

§ 12º. Depois de transcorrido o prazo para pagamento, o mesmo será efetivado pela Tesouraria da DETENTORA DA ATA, através de depósito em conta bancária a ser informada pela DETENTORA DA ATA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convenionada entre as partes.

§ 13º. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a DETENTORA DA ATA dará à DETENTORA DA ATA plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

§ 14º. Todo pagamento que vier a ser considerado indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da DETENTORA DA ATA.

§ 15º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, deste que a DETENTORA DA ATA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.



$$\frac{I = (6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias, entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

§ 16º. No caso de a DETENTORA DA ATA estar em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

§ 17º. No caso de a DETENTORA DA ATA estar em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

§ 18º. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

#### CLÁUSULA SEXTA

#### PRAZO DE EXECUÇÃO, LOCAL E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente ATA de Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

§ 1º. O objeto dessa ATA será fornecido após a emissão da “Ordem de Fornecimento”, sendo que as entregas serão de forma parcelada de acordo com a necessidade de consumo da MUNICIPALIDADE.

§ 2º. As entregas serão realizadas nas Unidades Escolares relacionadas e nos respectivos Departamentos e Escolas Municipais de acordo com a necessidade de consumo do Município de Santa Rita do Passa Quatro – SP, de segunda a sexta-feira no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, ou a constante da “Ordem de Fornecimento”, onde o servidor municipal responsável acompanhará a descarga dos mesmos.

Unidades Escolares (Creches, EMEIs, EMEFs) e Setores da Administração que utilizam o GLP 45 kg para preparação e/ou aquecimento da alimentação dos alunos e outros, endereços para entrega:

**EMEF CAIC** - Rua Faustino de Moura, 130 – Jardim Boa Vista I;

**EMEF Madre Carmelita** – Praça Prof. Lauro Costa, 61 – Coronel Victor Meirelles;

**EMEF João Batista da Rocha Correia** – Rua Eugênio Anacleto Rodrigues Dias, 458 - Distrito de Santa Cruz da Estrela, localizado a 20 quilômetros do Município de Santa Rita do Passa Quatro – SP.

**Creche Laura Suriani Barbuio** – Rua Faustino de Moura, 130 – Jardim Boa Vista I;

**Creche Ana Mardegan** – Rua Caetano Barioni, 372 – Jardim São Luiz;

**Creche Anna Prada** – Rua Francisca Maia Lello, 64 – Jardim São Vicente;

**Creche Prof. Camila de L. Sereguetti** – Rua Alcides de Freitas s/n – Vila Kennedy;

**Creche Antonia G. Scorsolini** – Rua Roki Benato, 96 – Lagoinha;

**Creche Escola Rômulo Bortolini** – Rua Paulo Zerbato s/n – Jardim Itália;

**Creche Assumpta Piovato Missiato** – Rua das Camélias, nº 130 – Jardim Nova Santa Rita;



**Creche Romilda Amélia Vichetti Beltrame** – Rua José Ferreira de Rezende, 861 – Distrito de Santa Cruz da Estrela, localizado a 20 quilômetros do Município de Santa Rita do Passa Quatro - SP.

**Emei Maria Amélia** - Rua General Ozório, 805 – Centro;

**Emei Prof. Galdina Lima Segatto** – Avenida José Gonso, 271;

**Emei João Ribaldo** – Rua Luis Fonseca de Souza Meirelles, 186 – Jardim Alvorada;

**Emei Yolanda F. Santana** – Rua Jabor D. Debs, 183 – Vila Kennedy;

**Fundo Social de Solidariedade** – Rua Visconde do Rio Branco, 1135 – Jardim 22 de Maio;

**Unidade Escolar (EMEF e Setores Administrativos) que utilizam o GLP 13 kg para preparação e/ou aquecimento da alimentação dos alunos e funcionários, endereços para entrega:**

**EMEF Francisco Ribeiro** – Praça Voluntário Silvano s/n.

**Fundo Social de Solidariedade** – Rua Visconde do Rio Branco, 1135 – Jardim 22 de Maio;

**Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social** - Av. Severino Meirelles, 1761 – Centro – Tel. (19) 3582-5641;

**CRAS** – Av. José Ribeiro de Oliveira, 3231 - Jardim Boa Vista III - Tel. (19) 3582-2123;

**CREAS/CASA LAR** - Rua Dr. José Pereira de Abreu, nº 213, Centro - Tel. (19) 3582-5646;

**CCI (Serra)** - Rua das Tulipas, 13 – Jd. Nova Santa Rita;

**CCI (Kennedy)** - Rua Jabor D Debs, 509 - Vila Kennedy;

**CCI (Estrela)** - Rua Eugenio Anacleto Rodrigues Dias, 424 - Distrito de Santa Cruz da Estrela, localizado a 20 quilômetros do Município de Santa Rita do Passa Quatro – SP;

**CCI (22 de maio)** - Rua Sebastião da Silva Borges, 182 – Jd 22 de maio;

**Coordenadoria de Promoção e Igualdade Racial** – Rua Inácio Ribeiro, 894 – Centro – Tel. (19) 3582-5703;

**Garagem Municipal** - R. Cirilo Baptista, 102 - Bairro Jardim,

**Cemitério Municipal** – Rua: Madre Carmelita, 412

**Tiro de Guerra** - R. José Rodrigues Palhares 183 – centro;

**CAPS 1** – Rua: José Bonifácio, 48 – Centro;

**Residência Terapêutica** – Av. Mário Eulálio, nº 599, Bairro: Jardim

**Centro Cultural e Museu José Spadon** - Av. Severino Meireles, 896 – Centro;

**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro** – Rua: Victor Meirelles, 89 – centro;

**Almoxarifado** - Rua Jose Bonifácio, 1215;

**Clube de Campo – “Parque Turístico Municipal”** – Rua: Carlos Zorzi, 598 – Jd São Vicente.

§ 3º. Prazo de entrega: A empresa contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia para entrega nos locais solicitados, sendo que os endereços da entrega dos Setores Administrativos e Saúde, serão determinados posteriormente pelo próprio setor.

§ 4º. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

§ 5º. As despesas de entrega dos produtos licitados correrão por conta exclusivas da empresa contratada.



## **CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

São Obrigações da DETENTORA DA ATA:

§ 1º. Arcar com todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto desta ATA, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

§ 2º. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesta ATA, Termo de Referência, e no ato convocatório e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta ATA, o objeto com avarias ou defeitos.

§ 3º. Comunicar à MUNICIPALIDADE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

§ 4º. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

§ 5º. Deverá executar o fornecimento dos itens objeto da presente ATA de acordo com as técnicas usuais para esse tipo de produto, a qual alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, e deverá tomar todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado ao serviço, atendendo a todas as disposições legais para o tipo de produto.

§ 6º. A Detentora da ATA deverá fornecer itens que tendam todas as normas da ANVISA, ABNT e INMETRO.

§ 7º. Apresentar Registro da empresa na Agência Nacional do Petróleo – ANP, pertinente à atividade específica, ou seja, distribuidor ou revendedor, dentro de seu prazo de validade.

§ 8º. Certificado de Vistoria em nome da licitante emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

§ 9º. Apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF), da distribuidora e do revendedor de Atividade Potencialmente Poluidora ou Utilizadores de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade (CR), válido, conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013.

§ 10º. Declaração que os veículos que serão utilizados no transporte do gás possuem certificado de capacitação individual emitido por empresas homologadas pelo INMETRO, bem como a de que os motoristas possuem habilitação no curso de movimentação de cargas perigosas – MOPE.

§ 11º. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

§ 12º. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

§ 13º. Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, informando a municipalidade a respeito de eventual ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;



- § 14º. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- § 15º. Sempre que solicitado pela MUNICIPALIDADE, a DETENTORA DA ATA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- § 16º. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados a critério da Administração;
- § 17º. A DETENTORA DA ATA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela MUNICIPALIDADE;
- § 18º. Somente a DETENTOR DA ATA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata;
- § 19º. A inadimplência da DETENTORA DA ATA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- § 20º. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata;
- § 21º. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- § 22º. Atender às demais condições descritas no termo de referência, no ato convocatório e na ata de registro de preços.
- § 23º. A DETENTORA DA ATA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela MUNICIPALIDADE e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à MUNICIPALIDADE.
- § 24º. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

#### **CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE**

A MUNICIPALIDADE obriga-se:

- § 1º. Notificar a DETENTORA DA ATA, por escrito, sobre qualquer problema que venha a ocorrer com os produtos entregues e estabelecer prazo para a sua substituição;
- § 2º. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DETENTORA DA ATA, de acordo com as cláusulas desta Ata de Registro de Preços e os termos de sua proposta;
- § 3º. Notificar previamente a detentora da ata em caso de aplicação de penalidades.
- § 4º. A municipalidade não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA DA ATA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro



de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA DA ATA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 5º. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, na forma prevista no artigo 117, da Lei Federal n. 14133/21.

§ 6º. Proporcionar todas as condições para que a DETENTORA DA ATA possa cumprir o objeto do presente edital de acordo com as determinações da Ata, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

§ 7º. Pagar à DETENTORA DA ATA o valor resultante da aquisição de acordo com a Ordem de Fornecimento, na forma estipulada na Ata;

§ 8º. Zelar para que durante toda a vigência da ata sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na licitação;

§ 9º. Comunicar a DETENTORA DA ATA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 10º. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

§ 16º. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 17º. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo DETENTORA DA ATA no prazo máximo de 1 (um) mês.

#### **CLÁUSULA NONA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

O registro do fornecedor será cancelado quando:

**I** – descumprir as condições da ata de registro de preços;

**II** – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** – não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**IV** – sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho fundamentado.

§ 2º. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a MUNICIPALIDADE poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

§ 3º. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:



- I – por razão de interesse público; ou
- II – a pedido do fornecedor.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA PENALIDADES**

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026.

§ 1º. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

§ 2º. Eventuais infrações cometidas pela licitante durante o procedimento licitatório regido pelo edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026 ou pela CONTRATADA durante a execução da presente Ata serão apuradas pela Comissão de Apuração de Infrações em Licitações e Contratos - CAILC, instituída pelo Decreto n.º 2.706, de 18 de abril de 2017.

§ 3º. As demais condições estão dispostas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

§ 4º. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Diretor do Departamento interessado, ou pela autoridade máxima do órgão.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA MODELO DE GESTÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) designado(s) através de Termo de Indicação de Gestores e Fiscais de Contratos (Anexo V) por representante do departamento solicitante, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos.

§ 1º. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de acordo com a Lei nº 14.133/21.

§ 2º. O representante designado pela Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

§ 3º. As demais condições encontram-se presentes no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DISPOSIÇÕES GERAIS**

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026 e seus anexos, em especial o Termo de Referência.

§ 1º. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização



de licitação específica para a obtenção do objeto pretendido, desde que devidamente motivada.

§ 2º. Apresentou para assinatura do contrato os seguintes documentos:

- a) Procuração ou Contrato Social do representante que irá assinar o contrato;
- b) Termo de Ciência e Notificação a ser emitido pela CONTRATANTE;
- c) Comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda sua vigência.
- d) Qualificação da pessoa física para assinar o contrato, contendo nome, cargo na empresa, CPF e e-mail institucional.
- e) Apresentar Registro da empresa licitante na Agência Nacional do Petróleo – ANP, pertinente à atividade específica, ou seja, distribuidor ou revendedor, dentro de seu prazo de validade.
- f) Certificado de Vistoria em nome da licitante emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).
- g) Apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF), da distribuidora e do revendedor de Atividade Potencialmente Poluidora ou Utilizadores de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade (CR), válido, conforme enquadramento da Instrução Normativa do IBAMA nº 06 de 15 de março de 2013.
- h) Declaração que os veículos que serão utilizados no transporte do gás possuem certificado de capacitação individual emitido por empresas homologadas pelo INMETRO, bem como a de que os motoristas possuem habilitação no curso de movimentação de cargas perigosas – MOPE.
- i) **Somente no caso de o licitante vencedor ser estrangeiro:** os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;
- j) **Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial:** apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da adjudicatária, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- k) **Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial:** apresentação de comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.
- l) **Somente no caso de empresas em consórcio:** promover a constituição e o registro do consórcio, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, após declarado vencedor, nos termos do compromisso referido no item 11.18.8 do edital.
- m) **Declaração de atualização cadastral emitida via sistema “Cadastro Corporativo TCESP – CADTCESP” (<https://www.tce.sp.gov.br/#!/>), referentes ao dados da pessoa que subscreveu o termo de ciência e notificação pela empresa contratada.**

§ 3º. Os integrantes pelos atos praticados em consórcio, respondem solidariamente, na de execução do contrato

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



Aplicam-se a esta Ata, e principalmente aos casos omissos, o disposto nas Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posteriores alterações, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decretos Municipais nº 3.313/23, 2.706/17 em sua redação atual.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA FORO

Será competente o foro da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas desta ATA.

E por estarem assim justas e DETENTORA DA ATA, as partes assinam esta ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

\*\*\*\*\* de \*\*\*\*\* de 2026.

\*\*\*\*\*

Marcelo Simão  
Prefeito Municipal

\*\*\*\*\*

P/ DETENTORA DA ATA

#### Testemunhas:

1) Nome \*\*\*\*\*

RG \*\*\*\*\*

Assinatura \*\*\*\*\*

2) Nome \*\*\*\*\*

RG \*\*\*\*\*

Assinatura \*\*\*\*\*



### ANEXO III-A

### CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante, ordem de classificação</i> )					
X	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>	<i>Descrição do Produto</i>	Valor Unit.	Valor Total	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante, ordem de classificação</i> )					
X	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade</i>	<i>Descrição do Produto</i>	Valor Unit.	Valor Total	<i>Prazo garantia ou validade</i>



#### ANEXO IV

### MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº: \_\_\_\_\_

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em regime fracionado, em botijões de 13 e 45 kg, para atender aos serviços de alimentação escolar e setores municipais, conforme especificações e quantidades constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**



Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



## ANEXO V

### TERMO DE INDICAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em regime fracionado, em botijões de 13 e 45 kg, conforme especificações e quantidades constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 016/2026.

#### *Dados da Indicação:*

#### **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_ . \_\_\_\_ . \_\_\_\_ - \_\_\_\_

Declaro que fui cientificado(a) expressamente da minha indicação para gestor de contrato e das respectivas atribuições da função, descritas no Anexo I do presente termo. (IN 05/2014 ART. 41 §1º)

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **FISCAIS DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_ . \_\_\_\_ . \_\_\_\_ - \_\_\_\_

Declaro que fui cientificado(a) expressamente da minha indicação para fiscal de contrato e das respectivas atribuições da função, descritas no Anexo I do presente termo. (IN 05/2014 ART. 41 §1º)

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### ***Responsável pela indicação:***

Declaro que a indicação do(s) servidor(es) considerou os seguintes requisitos: compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e sua capacidade para o desempenho das atividades, em conformidade com os artigos 21, 22, 23 e 24 do Decreto nº 11.246/2022, Art. 41. §2º da IN 05/2014 e Lei 14.133/21.

Santa Rita do Passa Quatro – SP, XX de XXXX de 2026

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Indicação



## ANEXO VI

### MODELO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual nº....., representada neste ato por seu(s) (qualificações) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portadora da cédula de identidade RG nº..... e CPF nº....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (razão social da empresa) perante à Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro, no que se referir ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026, PROCESSO Nº. 0064/2026, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive assinar DECLARAÇÕES, PROPOSTA DE PREÇOS E CONTRATOS, em nome da Outorgante, formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia ...../...../.....

\*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* de \*\*\*\*\* de 2026.

---

Assinatura do representante legal

***Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da Cédula de Identidade e CPF do Procurador.***



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026.  
PROCESSO Nº. 0064/2026

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada à ....., bairro ....., Município de ....., por seu representante legal, Sr. ...., inscrito no CPF nº ....., e RG nº ....., vem por meio deste declarar, sob as penas da lei, que a empresa:

- Não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;
- Atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual);

que atende os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, sob pena de sujeição às penalidades previstas

- Atesta que inexistem quaisquer fatos impeditivos à nossa participação na licitação, não fomos declarados inidôneos e não estamos impedidos ou suspensos de contratar com a Administração, e que nos comprometemos a comunicar ocorrência de fatos supervenientes
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, **ainda**, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.



Prefeitura Municipal da Estância Climática de  
**Santa Rita do Passa Quatro – SP**

*“Tico-tico lá, Zequinha de Abreu cá,  
o músico que encantou além das terras do jequitibá”*



- **Para o caso de empresas em consórcio:** Declaração de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* de \*\*\*\*\* de 2026.

---

Assinatura do representante legal ou por procurador